

Extrato Demonstrativo de Cálculo

Processo: No de registro (0276184-65.2022.4.05.0000) e nº de classe (PRC230330-AL (@))

Extrato do Autor : ANTONIO FERNANDES DE SOUZA FILHO

Demonstrativo de Cálculos		
PRC230330		
Valor Original	73.221,81	
Valor Custa	0,00	
Detalhamento do valor requisitado pelo Juízo da Execução		
Valor Principal	32.384,75	
Juros	40.837,06	
Valor SELIC	0,00	
Multa	0,00	
Encargo	0,00	
Valor PSS	3.872,09	
Data Cálculo	31/12/2019	
Data Autuação	01/04/2022	
Detalhamento do valor Atualizado pelo Tribunal até: 04/2022 (Mês/Ano)		
Índice de Atualização	1,1540011056	Fator de Dezembro/2019 até Março/2022 (IPCA-e)
	0,0319	Fator de Dezembro/2021 até Março/2022 (SELIC)
Compensação da Mora	4,836059 %	
Valor Principal Atualz.	37.372,03	= Valor Principal x Ind. De atualização
Juros Atualz.	47.126,01	= Valor Juros x Ind. de Atualização
Valor SELIC	0,00	
Juros SELIC	2.753,12	=valor principal atualz x Ind atualização (selic) + valor juros atualz x Ind Atualização (selic) + compensação de mora x Ind Atualização (selic)
Multa	0,00	
Encargo	0,00	
PSS Atualz	4.610,93	= Valor PSS x Ind. de Atualização
Compensação de Mora	1.807,33	= Valor Principal Atualz. x Ind. Juros Mora
Atualização (Vlr.Custas)	0,00	
Atualização (Vlr.Inscrito)	89.058,49	= Valor principal atualiz + juros atualiz + valor selic + juros selic + encargos + multa + compensação de mora
Detalhamento do valor corrigido pelo Tribunal até: 05/2023 (Mês/Ano)		
Índice de Correção	1,05957100394268	Fator de Abril/2022 até Abril/2023 (IPCA-e)
Índice de Juros	%	= Fora do Prazo Constitucional
Valor Principal	39.598,31	
Juros	49.933,35	
Valor SELIC	0,00	
Juros SELIC	2.917,12	= Juros SELIC Atualiz + Juros SELIC Corrigido
Multa	0,00	
Encargo	0,00	
PSS Corrigido	4.885,60	= Valor PSS Atualz x Ind. de Correção
Compensação de Mora	1.914,99	
Correção (Vlr. Custas)	0,00	
Valor a Receber	94.363,77	

Extrato Demonstrativo de Cálculo

Processo: No de registro (0276184-65.2022.4.05.0000) e nº de classe (PRC230330-AL (@))

Extrato do Autor : ANTONIO FERNANDES DE SOUZA FILHO

		= (Valor Principal + Valor Selic + Juros Selic + Multa + Encargo)
Valor Pago (Lote Autz.)	94.363,77	= Pagamento Efetivado
Saldo Devedor	0,00	

Índices utilizados no Demonstrativo de cálculo
(PRC230330-AL (@)) - (0276184-65.2022.4.05.0000)

1 - Atualização Abr/2022

Valor original: 73.221,81

* 1,0142001135 (IPCA-E Acumulado - Cálculo - Dez/2019)

* 1,0813431143 (IPCA-E Acumulado - Anual - Jul/2020)

* 1,0522502823 (IPCA-E Acumulado - Parcial - Nov/2021)

+ 0,0077 (SELIC - Índice Mensal - Dez/2021)

+ 0,0073 (SELIC - Índice Mensal - Jan/2022)

+ 0,0076 (SELIC - Índice Mensal - Fev/2022)

+ 0,0093 (SELIC - Índice Mensal - Mar/2022)

1.2 - Juros Compensação de Mora

* 4,836059 % (Compensação da Mora - Nov/2021)

(4,836059%) Juros Poupança para todos os meses

= 89.058,49

2 - Correção período Abril/2022 até Maio/2023 - Parcela 1

Valor atualizado até Abril/2022 = 89.058,49

* 1,0173 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 04/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0059 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 05/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0069 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 06/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0013 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 07/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 0,9927 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 08/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 0,9963 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 09/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0016 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 10/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0053 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 11/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0052 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 12/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0055 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 01/2023 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0076 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 02/2023 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0069 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 03/2023 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0057 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 04/2023 e Ano de Exercício = 2023)

= 94.363,77

Nota Explicativa:

1- A partir de 04.05.2012, os juros de poupança correspondem a 70% do valor Selic, mensalizada, sempre que a meta estiver no patamar igual ou inferior a 8,5%, acima desse percentual, os juros aplicáveis correspondem a 0,5% ao mês (art. 1º da Lei 12.703/2012);

2- A partir da edição da EC 113/2021, sobre os valores requisitados em precatórios e RPVs serão aplicados, desde a data-base até 12/2021 o IPCA-E, acrescidos dos juros de poupança, incidentes sobre o valor principal, para fins de compensação da mora, quando indicado pelo Juízo da Execução, e a partir 12/2021 incidirá apenas pela Selic acumulada;

3- Os requisitórios complementares, em que haja apenas valores referentes a juros, serão atualizados pelo IPCA-E até 12/2021, acumuladamente, mês índice 11/2021, e a partir 12/2021 não haverá a incidência da Selic, ficando o valor congelado, até o pagamento, ante a impossibilidade de capitalização de juros, ou seja, incidência de SELIC sobre juros.

4- No exercício de 2022, foram pagos precatórios alimentares devidos a credores prioritários (idosos, doentes graves e deficientes) e aos beneficiários não prioritários, enquadrados na regra prevista no art. 107-A, § 8º, II e III, do ADCT, até o montante de 180 S.M, por precatório, incluindo os honorários contratuais destacados, até que seja exaurido integralmente os recursos financeiros disponibilizados pelo Tesouro. O saldo remanescente, quando existente, será provavelmente pago em 2023, conforme a disponibilidade financeira a ser previamente divulgada pela Secretaria do Orçamento Federal.

Extrato Demonstrativo de Cálculo

Processo: No de registro (0276184-65.2022.4.05.0000) e nº de classe (PRC230330-AL (@))

Extrato do Advogado : MARTORELLI ADVOGADOS

Demonstrativo de Cálculos		
PRC230330		
	Sucumbencial	Contratual
Valor Original	0,00	6.367,12
Valor Custa	0,00	
Detalhamento do valor requisitado pelo Juízo da Execução		
Valor Principal	2.816,07	
Juros	3.551,05	
Valor SELIC	0,00	
Multa	0,00	
Encargo	0,00	
Data Cálculo	31/12/2019	
Data Autuação	01/04/2022	
Detalhamento do valor Atualizado pelo Tribunal até: 04/2022 (Mês/Ano)		
Índice de Atualização	1,1540011056	Fator de Dezembro/2019 até Março/2022 (IPCA-e)
	0,0319	Fator de Dezembro/2021 até Março/2022 (SELIC)
Compensação da Mora	4,836059 %	
Valor Principal Atualz.	3.249,74	= Valor Principal x Ind. De atualização
Juros Atualz.	4.097,91	= Valor Juros x Ind. de Atualização
Valor SELIC	0,00	
Juros SELIC	239,39	=valor principal atualz x Ind atualização (selic) + valor juros atualz x Ind Atualização (selic) + compensação de mora x Ind Atualização (selic)
Multa	0,00	
Encargo	0,00	
Compensação de Mora	157,15	= Valor Principal Atualz. x Ind. Juros Mora
Atualização (Vlr.Custas)	0,00	
Atualização (Vlr.Inscrito)	7.744,19	= Valor principal atualiz + juros atualiz + valor selic + juros selic + encargos + multa + compensação de mora
Detalhamento do valor corrigido pelo Tribunal até: 05/2023 (Mês/Ano)		
Parcela : 1		
Índice Correção	1,05957100394268	Fator de Abril/2022 até Abril/2023 (IPCA-e)
Índice de Juros	%	= Fora do Prazo Constitucional
Valor Principal	3.443,33	
Juros	4.342,02	
Valor SELIC	0,00	
Juros SELIC	253,65	= Juros SELIC Atualiz + Juros SELIC Corrigido
Multa	0,00	
Encargo	0,00	
Compensação de Mora	166,51	
Valor a receber	8.205,51	= (Valor Principal + Valor Selic + Juros Selic + Multa + Encargo)
Valor Pago (Lote Autz.)	8.205,51	= Pagamento Efetivado
Saldo Devedor	0,00	

Extrato Demonstrativo de Cálculo

Processo: No de registro (0276184-65.2022.4.05.0000) e nº de classe (PRC230330-AL (@))

Extrato do Advogado : MARTORELLI ADVOGADOS

(PRC230330-AL (@)) - (0276184-65.2022.4.05.0000)

1 - Atualização Abr/2022

Valor original: 6.367,12

* 1,0142001135 (IPCA-E Acumulado - Cálculo - Dez/2019)

* 1,0813431143 (IPCA-E Acumulado - Anual - Jul/2020)

* 1,0522502823 (IPCA-E Acumulado - Parcial - Nov/2021)

+ 0,0077 (SELIC - Índice Mensal - Dez/2021)

+ 0,0073 (SELIC - Índice Mensal - Jan/2022)

+ 0,0076 (SELIC - Índice Mensal - Fev/2022)

+ 0,0093 (SELIC - Índice Mensal - Mar/2022)

1.2 - Juros Compensação de Mora

* 4,836059 % (Compensação da Mora - Nov/2021)

(4,836059%) Juros Poupança para todos os meses

= 7.744,19

2 - Correção período Abril/2022 até Maio/2023 - Parcela 1

Valor atualizado até Abril/2022 = 7.744,19

* 1,0173 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 04/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0059 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 05/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0069 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 06/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0013 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 07/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 0,9927 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 08/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 0,9963 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 09/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0016 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 10/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0053 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 11/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0052 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 12/2022 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0055 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 01/2023 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0076 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 02/2023 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0069 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 03/2023 e Ano de Exercício = 2023)

* 1,0057 (IPCA-E Mensal - Mês/Ano = 04/2023 e Ano de Exercício = 2023)

= 8.205,51

Nota Explicativa:

1- A partir de 04.05.2012, os juros de poupança correspondem a 70% do valor Selic, mensalizada, sempre que a meta estiver no patamar igual ou inferior a 8,5%, acima desse percentual, os juros aplicáveis correspondem a 0,5% ao mês (art. 1º da Lei 12.703/2012);

2- A partir da edição da EC 113/2021, sobre os valores requisitados em precatórios e RPVs serão aplicados, desde a data-base até 12/2021 o IPCA-E, acrescidos dos juros de poupança, incidentes sobre o valor principal, para fins de compensação da mora, quando indicado pelo Juízo da Execução, e a partir 12/2021 incidirá apenas pela Selic acumulada;

3- Os requisitórios complementares, em que haja apenas valores referentes a juros, serão atualizados pelo IPCA-E até 12/2021, acumuladamente, mês índice 11/2021, e a partir 12/2021 não haverá a incidência da Selic, ficando o valor congelado, até o pagamento, ante a impossibilidade de capitalização de juros, ou seja, incidência de SELIC sobre juros.

4- No exercício de 2022, foram pagos precatórios alimentares devidos a credores prioritários (idosos, doentes graves e deficientes) e aos beneficiários não prioritários, enquadrados na regra prevista no art. 107-A, § 8º, II e III, do ADCT, até o montante de 180 S.M, por precatório, incluindo os honorários contratuais destacados, até que seja exaurido integralmente os recursos financeiros disponibilizados pelo Tesouro. O saldo remanescente, quando existente, será provavelmente pago em 2023, conforme a disponibilidade financeira a ser previamente divulgada pela Secretaria do Orçamento Federal.